

Cobrança de pedágio na Mogi-Dutra começa hoje



PAG. 05

A cobrança de pedágio nas rodovias Mogi-Dutra (SP-088) e Mogi-Bertioga (SP-098) começa neste sábado, 1º de novembro, conforme anúncio da Concessionária Novo Litoral (CNL) e confirmação da Agência Reguladora de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp). A decisão reacendeu debates na região e motivou ações judiciais das prefeituras de Mogi das Cruzes e Arujá.

**PRORROGADO!**

CURSO DE AUXILIAR E TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Seu futuro na saúde começa agora e 2026 é o seu ano!



50%
DE DESCONTO NA MATRÍCULA!

Rua Antônio R. Barbosa, 60 - Centro - Arujá

ESCOLA TÉCNICA

**SOS**
SAÚDE

MANHÃ ou NOITE

APENAS **R\$ 380,00** mensais

TARDE **R\$ 310,00** mensais

ESCOLA TÉCNICA

**SOS**
SAÚDE

☎ (11) 2502-6956 ☎ (11) 97063-2525

Rua Antônio Rodrigues Barbosa, nº 60

Centro - Arujá - SP

CURSO DE AUXILIAR E TÉCNICO EM ENFERMAGEM

**PRORROGADO!**



50%
DE DESCONTO NA MATRÍCULA!

MANHÃ ou NOITE

APENAS **R\$ 380,00** mensais

TARDE **R\$ 310,00** mensais

Invista em um ensino que vai além da sala de aula!

TRANSFORME SEU 2026 COM UMA NOVA CARREIRA NA SAÚDE

ESCOLA TÉCNICA

**SOS**
SAÚDE

Um país à beira da sede

Aneel mantém bandeira para vermelha 1 na conta de luz em novembro

CONSUMIDOR PAGARÁ R\$ 4,46 EXTRAS A CADA 100 KWH

EDITORIAL

A projeção feita pelo Instituto Trata Brasil lança um alerta que não pode ser ignorado: cidades brasileiras podem enfrentar desabastecimento de água já nas próximas décadas. Não se trata de ficção apocalíptica, mas de um cenário baseado em dados, ciência e na nossa incapacidade histórica de cuidar dos recursos hídricos.

Se nada mudar, em 2050 a média das cidades brasileiras pode enfrentar 12 dias de racionamento de água por ano. Nas regiões mais áridas do Nordeste e Centro-Oeste, esse número pode ultrapassar 30 dias. Ou seja, em um mês inteiro, famílias, hospitais, escolas e agricultores poderão viver na incerteza do próximo copo d'água.

Esse cenário não nasce apenas da falta de chuva. Ele é filho direto de dois fatores combinados: o avanço das mudanças climáticas e a ineficiência do sistema de distribuição de água. Dados do estudo mostram que, mantendo o atual in-

dice de perdas e um crescimento do PIB de 2,7% ao ano, a demanda de água até 2050 será 59,3% maior do que a produção registrada em 2023.

O Brasil é uma potência hídrica, mas se comporta como um país desértico no que diz respeito ao uso da água. Boa parte do que é tratada não chega às torneiras. Vaza em canos antigos, se perde em fraudes, escoar no descaso. Enquanto isso, a população cresce, a temperatura sobe cerca de 1 °C e os dias de chuva diminuem. O semiárido se expande, novas áreas caminham para a desertificação.

Não é a falta de água
que ameaça o país, é a
falta de gestão.

A escassez de água prolongada significa mais do que torneiras secas. Significa risco à saúde pública, paralisação de atividades econômicas, colapso no setor agrícola, desigualdade ainda mais profunda.

Quem mora em grandes centros talvez não perceba, mas comunidades do Nordeste e Centro-

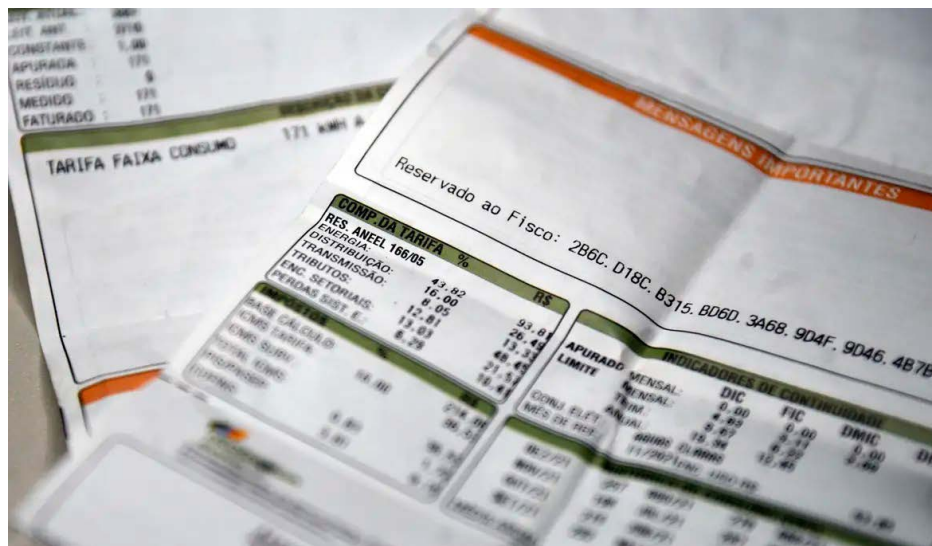
-Oeste já convivem com caminhões-pipa, poços artesianos e torneiras silenciosas. A diferença é que, segundo o estudo, esse drama tende a se tornar regra, não exceção.

Luana Pretto, presidente do Trata Brasil, foi direta: garantir água para todos passa por prioridade política e investimento imediato. Reduzir perdas, modernizar sistemas de distribuição, proteger mananciais, planejar a expansão urbana e agrícola. Medidas técnicas, sim. Mas acima de tudo, escolhas políticas.

Há países com menos água e mais responsabilidade. Falta ao Brasil entender que não há crescimento econômico, nem dignidade humana, sem água.

O alerta está dado. Não se trata de medo, mas de responsabilidade com o futuro. Podemos escolher entre investir agora ou contar os dias de racionamento depois.

Enquanto isso, cada gota desperdiçada é um aviso. E o relógio segue correndo, sem pausa, em direção a 2050.



A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou nesta sexta-feira (31) a manutenção da bandeira vermelha patamar 1 irá vigorar no mês de outubro. Isso significa que as contas de energia elétrica ter o adicional de R\$ 4,46 para cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

Em agosto e setembro, a Aneel havia acionado a bandeira vermelha patamar 2, com adicional de R\$ 7,87 por 100 kWh. Em outubro, a bandeira foi reduzida para o patamar 1.

De acordo com a Aneel, a medida foi adotada por causa do baixo volume de chuvas, afetando o nível dos reservatórios para a geração de energia nas usinas

hidrelétricas.

“O cenário segue desfavorável para a geração hidrelétrica, devido ao volume de chuvas abaixo da média e à redução nos níveis dos reservatórios. Dessa forma, para garantir o fornecimento de energia é necessário acionar usinas termelétricas, que têm custo mais elevado, justificando a manutenção da bandeira vermelha patamar 1”, informou a agência.

A agência reguladora de energia elétrica acrescentou “que a fonte solar de geração é intermitente e não injeta energia para o sistema o dia inteiro”. “Por essa razão, é necessário o acionamento das termelétricas para garantir a geração de energia

quando não há iluminação solar, inclusive no horário de ponta”, acrescentou.

CUSTOS EXTRAS: Criado em 2015 pela Aneel, o sistema de bandeiras tarifárias reflete os custos variáveis da geração de energia elétrica. Divididas em cores, as bandeiras indicam quanto está custando para o Sistema Interligado Nacional (SIN) gerar a energia usada nas residências, em estabelecimentos comerciais e nas indústrias.

Quando a conta de luz é calculada pela bandeira verde, não há nenhum acréscimo. Quando são aplicadas as bandeiras vermelha ou amarela, a conta sofre acréscimos a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

BMG vai ressarcir cobranças indevidas de empréstimos para aposentados

BANCO FIRMOU TERMO DE COMPROMISSO COM O INSS PARA CORRIGIR PRÁTICAS

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) firmou um termo de compromisso com o Banco BMG S.A. para corrigir práticas relacionadas à oferta de empréstimos consignados a aposentados e pensionistas.

O acordo prevê o ressarcimento de valores cobrados indevidamente e o aprimoramento dos procedimentos de contratação e atendimento.

De acordo com nota do INSS divulgada nessa semana, cerca de 100 mil beneficiários terão devolvidos mais de R\$ 7 milhões, que serão abatidos diretamente nas faturas.

“O termo reforça o compromisso do Banco com transparência, governança e aprimoramento contínuo da experiência do cliente, contemplando medidas voltadas à maior

segurança e clareza nas contratações”, diz nota do BMG.

O instituto informou que o objetivo é garantir o respeito às normas que regem o crédito consignado e proteger os direitos dos segurados.

Entre as medidas acordadas, o banco deverá ampliar o uso de videochamadas nas contratações de empréstimos e cartões consignados, realizadas tanto por correspondentes bancários quanto por agências próprias. O prazo para adoção do procedimento é de 90 dias.

As videochamadas deverão registrar a manifestação de vontade do beneficiário e esclarecer eventuais dúvidas sobre as condições do contrato.

O limite máximo de crédito também deve-

rá ser ajustado para 1,6 vez o valor da renda mensal do benefício, conforme prevê norma do INSS. Até que os sistemas sejam adaptados, o controle será feito manualmente.

Outra determinação é a suspensão imediata da venda de seguros prestamistas ou de outros produtos atrelados aos empréstimos consignados.

O banco ainda se comprometeu a adotar ações para reduzir o número de reclamações em seus canais de atendimento, buscando maior transparência e satisfação dos clientes.

“As iniciativas refletem o propósito do Banco de fortalecer a relação institucional com o INSS, promovendo uma jornada de crédito ética, responsável e centrada no cliente, em linha com

as melhores práticas de governança corporativa”, informou o BMG.

O termo também estabelece que o banco não poderá comparti-

lhar dados pessoais de beneficiários com terceiros, salvo quando houver autorização expressa do titular ou previsão legal.

O acordo tem validade por tempo indeterminado, e o descumprimento das obrigações poderá resultar em sanções ao banco.



Emagrecimento corporal sem sofrimento!



Conquiste sua melhor versão para o verão com o nosso combo especial!

COMBATA A GORDURA LOCALIZADA COM AS TECNOLOGIAS:



VELARYAN®



crio sculpting

AGENDE SUA AVALIAÇÃO

☎ (11) 91372-7231

Av. Guilherme Alfieri, 146 - (Próximo à Santa Casa)
Parque São Benedito - Santa Isabel - SP

Febraban endurece regras contra contas laranja e bets irregulares

NOVA AUTORREGULAÇÃO OBRIGA BANCOS A ENCERRAR CONTAS FRAUDULENTAS

A partir desta semana, as instituições associadas à Federação Brasileira de Bancos (Febraban) deverão adotar políticas mais rígidas para identificar e encerrar as contas laranja e de bets (empresas de apostas virtuais) que operam sem autorização do governo. A entidade anunciou uma nova autorregulação que pretende reforçar o combate a fraudes, golpes digitais e esquemas de lavagem de dinheiro no sistema financeiro.

As novas regras visam combater tanto as contas laranja, abertas de forma legítima, mas usadas por terceiros para atividades ilícitas, como as contas frias, criadas de maneira fraudulenta, sem o conhecimento do titular. Também será obrigatório o encerramento de contas de apostas online sem autorização da Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA), do Ministério da Fazenda.

“Estamos criando um marco no processo de depuração de relacionamentos tóxicos com clientes que alugam ou vendem suas contas e que usam o sistema financeiro para escoar recursos de golpes, fraudes e ataques cibernéticos”, afirmou o presidente da Febraban, Isaac Sidney, em nota.

As novas diretrizes são as seguintes:

- Políticas rígidas e critérios próprios para verificação de contas fraudulentas (“laranja” e frias) e contas usadas por bets irregulares;

- Recusa de transações e imediato encerramento

de contas ilícitas, com comunicação ao titular;

- Repasse obrigatório das informações ao Banco Central, permitindo o compartilhamento das informações entre instituições financeiras;

- Monitoramento e supervisão do processo, pela Diretoria de Autorregulação da Febraban, que pode pedir, a qualquer tempo, evidências de reporte e encerramento de contas ilícitas.

- Participação ativa das áreas de prevenção a fraudes, lavagem de dinheiro, jurídica e ouvidoria dos bancos, que, inclusive, participaram da elaboração das novas regras.

- No caso de descumprimento, haverá punições, desde pronto ajuste de conduta e advertência até exclusão do sistema Autorregulação.

Os bancos têm as seguintes obrigações adicionais:

- Manter políticas internas para identificação e encerramento de contas suspeitas;

- Apresentar declaração de conformidade à Autorregulação da Febraban, elaborada por área independente, auditoria interna, compliance ou controles internos;

- Promover, com o auxílio da Febraban, ações de comunicação, orientação e educação para prevenção de golpes e fraudes.

- Aumento dos crimes digitais

O endurecimento das regras ocorre em meio a uma escalada de crimes cibernéticos e movimentações financeiras suspeitas no país. Segundo Sid-

ney, o sistema bancário enfrenta desafios inéditos diante da explosão de golpes e ataques digitais.

“Sem exceção, bancos e fintechs têm o dever de impedir a abertura e manutenção de contas fraudulentas. Contas bancárias não podem servir de abrigo para lavar o dinheiro da criminalidade”, reforçou o presidente da Febraban.

O dirigente também destacou que a abertura do setor financeiro à concorrência é positiva, mas não pode comprometer a integridade do sistema. “Estamos assistindo à proliferação de instituições frágeis diante de crimes financeiros.

Quem quiser negociar a integridade do sistema precisa ser alcançado pelo braço forte do Estado e dos reguladores”, completou Sidney.

CRIME ORGANIZADO: A iniciativa da Febraban soma-se a esforços recentes do Banco Central e de autoridades públicas no combate à lavagem de dinheiro e ao crime organizado. As novas medidas surgem após a Operação Carbono Oculto, da Polícia Federal, que desarticulou um esquema bilionário ligado ao Primeiro Comando da Capital (PCC) e ao uso de contas bancárias em postos de combustíveis para ocultar recursos ilícitos.

Além disso, ataques cibernéticos recentes, como os que desviaram recursos de empresas terceirizadas que atendem a bancos, reforçaram a urgência de mecanismos mais robustos de controle e prevenção.



NÃO PASSE VERGONHA, ECONOMIZE!

Na Ultrafarma é muito mais barato!



É verdade. Eu garanto!



COMPRE PELO SITE OU APP



VISITE NOSSAS LOJAS



ENTREGA EM TODO BRASIL



2% OFF NO PIX



ATÉ 5% DE CASHBACK NO CLUBE SIDNEY OLIVEIRA



Cobrança de pedágio na Mogi-Dutra começa hoje

EM MEIO A DISPUTAS JUDICIAIS

Na Mogi-Dutra, a tarifa será de R\$ 1,56 por sentido. Já na Mogi-Bertioga, o valor será de R\$ 6,96. A cobrança será feita no sistema de pedágio eletrônico, o free flow, com pórticos instalados nos seguintes trechos da Mogi-Dutra: Km 37+150 (sentido Norte) e km 37+780 (sentido Sul) e Km 41+600 (sentido Norte) e km 40+800 (sentido Sul).

Na Mogi-Bertioga, o pórtico está localizado no km 92+740, em ambos os sentidos.

As estruturas são equipadas com câmeras, antenas e sensores capazes de identificar placas de veículos ou tags automáticas. O pagamento poderá ser feito em até 30 dias após a passagem, por meio de cartão de crédito, débito ou PIX. O prazo segue determinação do Contran, apesar de o contrato de concessão prever 15 dias.

Segundo a Artesp, moradores de Mogi das Cruzes estarão isentos quando trafegarem dentro do perímetro do município pela Mogi-Dutra. No caso de Arujá, a CNL afirmou que o contrato não prevê isenção, o que motivou contestação na Justiça.

A CNL anunciou também incentivos: Desconto de 5% para

veículos com tag; Isenção total para motociclistas; Desconto de Usuário Frequente: a partir da 11ª passagem no mês, redução de 10%; e a partir da 21ª, 20%; Descontos não são cumulativos, prevalece o maior benefício.

A Prefeitura de Mogi das Cruzes tenta reverter na Justiça a decisão que derrubou a liminar que suspendia a cobrança para moradores. A administração municipal alega que a tarifa fere o direito constitucional de ir e vir. Um recurso foi protocolado

nesta terça-feira (28) para restabelecer a isenção.

Em Arujá, a Prefeitura entrou com ação civil pública com pedido de tutela de urgência para suspender a cobrança no trecho urbano da Mogi-Dutra. A Justiça acatou parcialmente o pedido nesta sexta-feira (31), suspendendo o pagamento para moradores de Arujá até nova análise do Tribunal.

Na decisão, o juiz Guilherme Lopes Alves Pereira considerou que o trecho tem características urbanas e que

a cobrança sem rota alternativa gratuita poderia ferir o direito de mobilidade e a função social da cidade.

A CNL afirmou que ainda não foi notificada oficialmente, mas que, assim que for, tomará as medidas cabíveis.

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), Fernando Antonio Torres Garcia, havia suspendido a liminar anterior alegando risco de dano à ordem econômica. Segundo a decisão, impedir a cobrança poderia causar prejuízo supe-

rior a R\$ 5 milhões por mês, comprometendo o equilíbrio do contrato de concessão e exigindo compensação financeira do Estado.

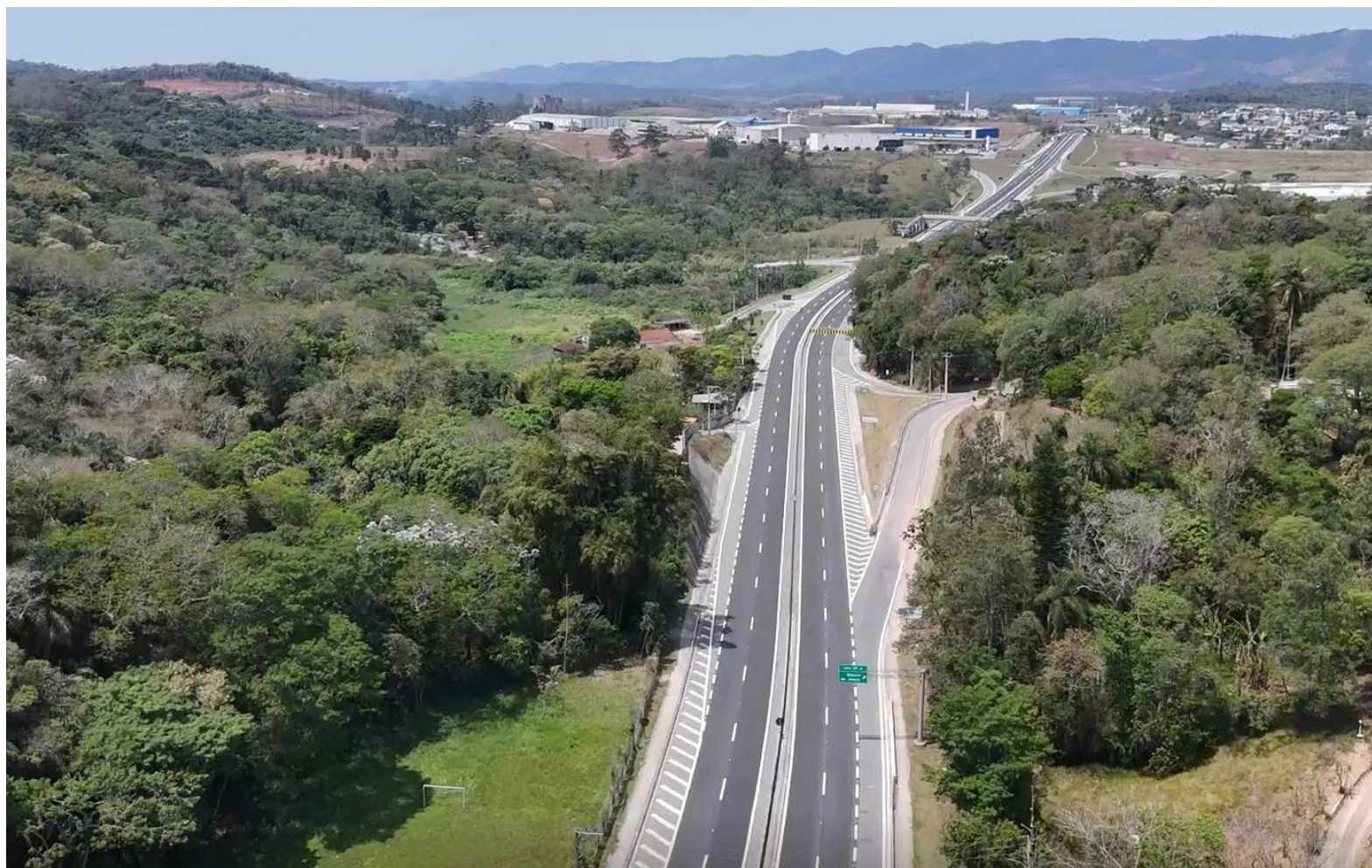
O presidente da CNL, João Couri, destacou que o contrato prevê R\$ 5 bilhões em investimentos nas rodovias, incluindo duplicações, construção de vias marginais, passarelas e melhorias no pavimento.

“Já elevamos a rodovia a um novo padrão de segurança e trafegabilidade. As tarifas garantem a

continuidade dessas ações”, afirmou.

A cobrança começa neste sábado, enquanto os processos judiciais seguem em tramitação. Para Arujá, vale a decisão que suspende a cobrança temporariamente. Em Mogi das Cruzes, a cobrança está mantida, com isenção apenas para deslocamentos internos no município.

Os motoristas podem consultar débitos, emitir boletos e acompanhar valores no site ou aplicativo da concessionária.



SP divulga média de economia de água com novo sistema de gestão hídrica

1,2 MILHAO DE CAIXAS D'ÁGUA POR DIA

As atuais medidas de gestão hídrica adotadas pelo Governo de São Paulo garantem uma economia de água equivalente a mais de 1,2 milhão de caixas d'água de 500 litros por dia, ou 50,4 mil por hora. Esta quantidade é resultado da atuação preventiva prevista na nova metodologia lançada pelo governo, que ajusta as medidas de uso racional conforme o nível dos reservatórios e as condições climáticas. O modelo estabelece sete faixas de atuação com ações proporcionais à situação dos sistemas de abastecimento.

Atualmente, São Paulo opera com Gestão de Demanda Noturna (GDN) de 10 horas, correspondente à faixa 3 do sistema. Essa etapa prevê a intensificação de campanhas de conscientização e o ajuste da pressão da rede em períodos de menor consumo, o que contribui para a redução de perdas e uso mais eficiente da água. O objetivo do novo modelo adotado pela administração estadual é garantir previsibilidade na tomada de decisões e evitar que o consumo pressione os mananciais.

De acordo com o diretor-presidente da Arsesp, Thiago Mes-

quita Nunes, o sistema permite quantificar com precisão o impacto das medidas adotadas. “Uma GDN de 8 horas resulta em cerca de 6.000 litros economizados por segundo; 10 horas alcançam 7.000 litros por segundo; 12 horas, aproximadamente 8.000 litros por segundo, e assim sucessivamente”, explicou o diretor-presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsesp), Thiago Mesquita Nunes: “É um processo dinâmico e preventivo, que preserva o equilíbrio do sistema.”

O monitoramen-

to é realizado pela SP Águas, que acompanha em tempo real os níveis dos reservatórios e as projeções de afluência e chuva para os próximos 12 meses. As informações são constantemente atualizadas e orientam as decisões do governo, permitindo que restrições ou flexibilizações ocorram de forma gradual, conforme a estabilidade dos indicadores.

As ações preventivas são aplicadas apenas após sete dias consecutivos de permanência em determinada faixa e podem ser relaxadas depois de 14 dias de melhora dos parâmetros. Essa lógica dá pre-

visibilidade às medidas e segurança tanto à população quanto à gestão dos sistemas.

O novo modelo também representa um avanço na proteção dos mananciais e na qualidade da prestação de serviços, ao alinhar o planejamento hídrico estadual com projeções de longo prazo. Segundo a Arsesp, a economia observada na faixa 3 é um reflexo direto da eficiência dessa abordagem integrada, que une tecnologia, regulação e planejamento preventivo.

COMO A POPULAÇÃO PAULISTA PODE AJUDAR: A

nova metodologia também tem caráter educativo, ao incentivar hábitos de consumo sustentável. As campanhas de conscientização, especialmente nas faixas iniciais de atuação, reforçam a importância da colaboração da sociedade para o uso racional da água. Essa integração entre gestão pública e responsabilidade individual é considerada um dos pilares da nova política hídrica estadual.

A participação da população, portanto, continua essencial. Pequenas ações diárias fazem grande diferença: banhos mais cur-

tos, torneiras fechadas ao escovar os dentes e lavagem racional de louças e roupas podem representar milhares de litros economizados ao fim do mês.

Reduzir o tempo de banho de 15 para 5 minutos, por exemplo, corta o consumo de 150 para 50 litros, o que, em uma família de três pessoas, significa uma economia mensal de até 9 mil litros. Outras medidas simples, como ensaboar toda a louça antes de enxaguar ou usar a máquina de lavar apenas cheia, ajudam a preservar a água dos mananciais que abastecem milhões de paulistas.



Estado de SP tem o menor número de homicídios e latrocínios desde 2001

QUEDA REFLETE AÇÕES ESTRATÉGICAS E INTEGRADAS DAS FORÇAS DE SEGURANÇA



O estado de São Paulo registrou uma redução histórica nos índices de homicídios e latrocínios. De acordo com dados da Secretaria da Segurança Pública (SSP), entre janeiro e setembro deste ano, os crimes atingiram o menor patamar desde 2001.

No período, foram contabilizados 1.819 homicídios dolosos, quando há intenção de matar, o que representa queda de 2,2% em relação ao mesmo intervalo de 2024, quando houve 1.860 registros.

A Região Metropolitana de São Paulo foi a que apresentou

o menor número de ocorrências, com 373 casos. Na capital, foram 376 registros, e no interior, 1.070.

Os latrocínios (roubos seguidos de morte) também diminuíram de forma expressiva, com queda de 22,1% no estado. O total passou de 131 casos em 2024 para 102 neste ano. No interior, a redução foi ainda mais acentuada, de 62 para 45 ocorrências — diminuição de 27,4%.

Segundo a SSP, os resultados refletem o trabalho estratégico das forças de segurança, com ações integradas de inteli-

gência e o uso de tecnologia no combate à criminalidade.

Os feminicídios, por sua vez, apresentaram aumento de 9 casos, de 173 para 182. São Paulo mantém a maior rede de Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs) do país, com 142 unidades especializadas e 170 Salas DDM instaladas em plantões policiais, garantindo atendimento 24 horas. Cerca de 100 dessas estruturas foram criadas nos últimos três anos, e novas unidades continuam sendo implantadas para ampliar a proteção e o acesso à justiça das vítimas.

Mariane Lobo
maison

**bumbum
à vista**

A hora de realçar
suas curvas é agora!

harmonização
de glúteos
personalizada e
com resultado
natural.

AGENDE SUA AVALIAÇÃO

☎ (11) 91372-7231

Av. Guilherme Alfieri, 146 - (Próximo à Santa Casa)
Parque São Benedito - Santa Isabel - SP

Cura de câncer de próstata pode chegar a até 98%

ESTIMATIVA É DE ESPECIALISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE UROLOGIA

A estimativa de cura para pacientes com câncer de próstata pode chegar a até 98%. A avaliação é do supervisor de robótica do Departamento de Terapia Minimamente Invasiva da Sociedade Brasileira de Urologia (SBU), Gilberto Laurino Almeida.

Segundo o médico, o resultado depende do estágio da doença, do tipo de câncer e do momento em que o paciente foi tratado. “No início da doença, a chance de cura é alta. Se foi tratado com a doença em estágio mais avançado, a chance é menor”, afirmou o urologista.

O Instituto Nacional de Câncer (Inca) estima para este ano 71.730 novos casos de câncer de próstata no Brasil. Depois do câncer não cutâneo, este tipo de câncer é o que apresenta maior frequência e impacto na população masculina. Dados do sistema de informações sobre mortalidade do Ministério da Saúde revelam que, em 2023, ocorreram 17.093 óbitos em decorrência da doença, o que significa 47 mortes por dia.

CAMPANHA: Almeida destacou que os homens precisam se cuidar. Este é o mote da Campanha Novembro Azul 2025, que a instituição está prestes a lançar. “Não é só a próstata. Tem todo um conceito de saúde por trás disso tudo. É a saúde do homem que está em jogo; não só a saúde da próstata. Para viver mais, o homem precisa se cuidar mais”. Ele reforçou que, hoje, as pessoas vivem mais e melhor.

“E se o homem não estiver inserido nesse contexto, claramente ele vai perder

anos de vida por algumas doenças que são evitáveis, como o câncer de próstata. A cura, como falei, chega a até 98% mas, para isso, tem que ser diagnosticado no estágio inicial”.

A Campanha Novembro Azul entra para fazer com que os homens se lembrem dessas informações e procurem um médico urologista. Uma das dificuldades apontadas pelo especialista da SBU é que o homem não tem o hábito de visitar o médico com frequência, como ocorre com as mulheres em relação ao ginecologista.

Inserido na Campanha Novembro Azul deste ano, a SBU fará um mutirão de atendimentos em Florianópolis (SC), no próximo dia 12, dentro do 40º Congresso Brasileiro de Urologia, que ocorrerá no período de 15 a 18 daquele mês. O mutirão vai alertar sobre o câncer de próstata e submeter muitos homens à avaliação sobre esse tipo de doença. Caso alguns tenham suspeita de câncer de próstata, serão encaminhados para biópsia. Caso a biópsia confirme o câncer, os homens serão direcionados para o melhor tratamento.

Segundo o médico, entre 85% e 90% dos casos de câncer de próstata são esporádicos, isto é, não têm origem familiar. O que se chama de preventivo do câncer de próstata é o homem consultar seu urologista, pelo menos uma vez por ano. “Ele está fazendo a prevenção de um diagnóstico tardio para obter cura. É uma doença extremamente curável, desde que seja tratada no



momento certo, na fase inicial. A gente, pegando um tumor na fase inicial, cura a maioria deles”.

SUS: Atualmente, a cirurgia robótica é a mais adotada pelos urologistas para a retirada de tumores da próstata. Almeida celebrou a decisão do Ministério da Saúde de incorporar a prostatectomia radical assistida por robô para o tratamento de pacientes com câncer de próstata clinicamente avançado no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com a portaria ministerial, as áreas técnicas terão o prazo máximo de 180 dias para efetivar a oferta no SUS.

Almeida afirmou, entretanto, que “embora todos nós tenhamos consciência de que essa tecnologia é excelente e que deva entrar no SUS para acesso dos pacientes e benefício deles, a gente entende claramente que o momento foi um pouco no atropelo para isso acontecer porque não existe robô no SUS para atender esses pacientes. Ou

existem poucos”.

Segundo explicou, trata-se de uma tecnologia muito cara. “Até os hospitais podem comprar (os equipamentos), instalar, treinar as equipes, isso demora muito. Então, hoje existe esse gap (lacuna) entre o que foi aprovado e o que, realmente, vai acontecer e que nós, de fato, não sabemos”.

De acordo com o especialista, de modo geral, os hospitais não têm condições financeiras para adquirir uma plataforma robótica no momento. Ele acredita que a preparação da rede hospitalar do SUS vai demorar a se tornar realidade muito mais tempo do que os 180 dias estabelecidos pelo Ministério da Saúde para efetivação da oferta aos pacientes pelas áreas técnicas. “E nem todos vão ter acesso”, salientou.

Indagado se os pacientes com câncer de próstata poderiam fazer esse procedimento com robô nos hospitais privados conveniados do SUS, o médico informou que isso vai de-

pender muito da dinâmica em que esse processo será implementado.

“Existem outras cirurgias que foram introduzidas no âmbito do SUS e até hoje não ocorreram porque essas cirurgias demandam equipamentos, demandam materiais que são descartáveis. Tudo isso ainda não foi normatizado, nem regularizado”.

Citou como exemplo a ureterosopia, que é uma cirurgia endoscópica que serve para tirar pedras nos rins. “É um procedimento também de alto custo. Ele entrou no âmbito do SUS mas, até hoje, a gente não faz porque não estão regularizados todos os processos para se usar materiais descartáveis e tudo o mais”. No caso do câncer de próstata no SUS, reafirmou que não há robôs suficientes no Brasil para todos os hospitais, nem equipes treinadas. “Não estava tudo pronto”.

ROBÓTICA: A cirurgia de câncer de próstata por robótica é como se fosse uma cirurgia laparoscópica. O procedimento inclui

portais que são colocados no abdomen ou no tórax do paciente, dependendo de onde será a cirurgia, por onde entram equipamentos chamados pinças. As pinças são acopladas aos braços robóticos que são manipulados ou coordenados pelo cirurgião, que se encontra sentado fora do acesso ao paciente, em um local chamado console. Contudo, sempre junto ao paciente tem outro cirurgião que auxilia no procedimento. A cirurgia robótica permite que o cirurgião tenha uma visão 3D ampliada e um controle mais preciso dos movimentos.

A cirurgia laparoscópica difere da cirurgia endoscópica, em que o equipamento (pinça) entra no paciente pela uretra, para raspagem da próstata, quando não há câncer no local. Almeida reafirmou que os pacientes com câncer de próstata localizado submetidos à cirurgia têm estimativa de cura, em tumores sem metástase, que chega até a 98% da doença.

Anvisa proíbe duas substâncias utilizadas em unhas em gel

ELAS PODEM CAUSAR CÂNCER



A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) proibiu a utilização de duas substâncias que podem estar presentes em produtos usados para fazer unhas ou esmaltação em gel, que precisam ser expostos à luz ultravioleta ou LED. As substâncias são o TPO (óxido de difenil [2,4,6-trimetilbenzol] fosfina) e o DMPT (N,N-dimetil-p-toluidina), também conhecido como dimetiltolilamina (DMTA). A resolução foi aprovada nesta quarta-feira (29).

O objetivo é proteger a saúde das pessoas que utilizam esses produtos e principalmente dos profissionais que trabalham com eles. Segundo a Anvisa, o DMPT pode causar câncer em humanos e o TPO é tóxico para a reprodução e pode prejudicar a fertilidade.

“Com a decisão, o Brasil se alinha aos padrões

de segurança da União Europeia, que também banuiu recentemente esses ingredientes. A medida impede que produtos considerados inseguros em outros países sejam comercializados aqui. A proibição das duas substâncias se aplica a qualquer produto cosmético”, diz a agência em nota.

Segundo a resolução, a fabricação, a importação e a concessão de novos registros ou notificações para produtos que contenham TPO ou DMPT estão proibidas imediatamente. No comércio, as empresas e estabelecimentos têm 90 dias para parar de vender ou utilizar os produtos que já estão no mercado.

Após esse prazo, todos os registros e notificações desses produtos serão cancelados pela Anvisa. As empresas responsáveis deverão realizar o recolhimento daqueles que ainda estiverem em lojas

e distribuidoras.

“Ainda que o risco ocupacional seja mais intenso, usuárias e usuários também estão sujeitos aos efeitos nocivos decorrentes da exposição, reforçando sua dimensão social. Diante desse cenário, é dever do Estado atuar preventivamente, evitando a perpetuação de risco sabidamente evitável”, afirmou a relatora da norma, a diretora Daniela Marreco.

Ela reforçou ainda que os eventos adversos dessas substâncias estão, em geral, associados a exposições repetidas e prolongadas, de modo que contatos ocasionais ou pouco frequentes representam risco significativamente menor.

“Contudo, não afasta a necessidade de uma medida tempestiva de proibição dessas substâncias, cumprindo nosso papel de proteção da saúde com a edição da medida de precaução ora proposta”, disse.



Tatuagem arrependida?

Sobrancelha acinzentada?

Remova com segurança o que não te representa!



Tratamento sob medida -

Resultados nas primeiras sessões

Conforto e segurança -



PO
PIETRA OLIVEIRA
beauty



☎ (11) 91707-3239

Av. Guilherme Alfieri, 146 - (Próximo à Santa Casa)
Parque São Benedito - Santa Isabel - SP



**PEÇAS CERTAS
PARA NÃO DEIXAR
O BRUTO PARADO!**



(11) 97601-8128

(11) 4952-3200



@gbtruck

www.gbtruck.com.br

**FALE
CONOSCO!**



**VENHA VISITAR
NOSSA SEDE
PRÓPRIA!**

**Rua José Bonifácio, 56
Jardim Monte Serrat
Santa Isabel - SP**